

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.531.055 - RS (2019/0185669-1)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**  
**AGRAVADO : ZENI CARVALHO**  
**ADVOGADO : DARCÍSIO ANTÔNIO MÜLLER - SC017504**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL contra decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que não admitiu recurso especial, fundado na alínea “a” do permissivo constitucional, em desafio a acórdão assim ementado (e-STJ fl. 150):

PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. VINCULAÇÃO AO LAUDO. INOCORRÊNCIA. PROVA INDICIÁRIA.

1. O juízo não está adstrito às conclusões do laudo médico pericial, nos termos do artigo 479 do NCPC ( O juiz apreciará a prova pericial de acordo com o disposto no art. 371, indicando na sentença os motivos que o levaram a considerar ou a deixar de considerar as conclusões do laudo, levando em conta o método utilizado pelo perito), podendo discordar, fundamentadamente, das conclusões do perito em razão dos demais elementos probatórios coligido aos autos.
2. Ainda que o caderno processual não contenha elementos probatórios conclusivos com relação à incapacidade do segurado, caso não se possa chegar a uma prova absolutamente conclusiva, consistente, robusta, é adequado que se busque socorro na prova indiciária e nas evidências.
3. Apelação da parte autora provida.

Os embargos de declaração foram acolhidos, em parte, no tocante aos consectários legais (e-STJ fls. 186/194).

No especial obstaculizado, o recorrente sustentou preliminar de ofensa ao 1.022, II, do Código de Processo Civil/2015, por negativa de prestação jurisdicional, ante o não suprimimento de omissão apontada em sede de embargos de declaração no tocante à distribuição da verba honorária entre as partes vencida e vencedora.

No mérito, apontou violação dos arts. 42 e 43 da Lei 8.213/1991 e arts. 156 e 375 do Código de Processo Civil de 2015, sob o argumento de que a incapacidade total e definitiva não foi comprovada nos autos, tendo a perícia judicial concluído que a parte autora não estaria incapacitada para o trabalho.

Aduziu que "a Turma afastou a prova pericial, com base apenas em documentos unilaterais produzidos pela segurada e em função das condições pessoais da demandante" (e-STJ fl. 203).

Após apresentação de contrarrazões às e-STJ fls. 214/218, o apelo nobre recebeu juízo negativo de admissibilidade pelo Tribunal de origem, ao entendimento de que inexistiu negativa de prestação jurisdicional e de que o julgado foi baseado em matéria fática, cuja alteração esbarra nas Súmulas 7 e 83 do STJ.

Na presente irresignação, o agravante sustenta que a omissão foi patente e que a solução da demanda não requer o reexame de matéria fática, mas apenas a interpretação da legislação vigente.

Passo a decidir.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo 3).

Feito esse esclarecimento, verifico que foram preenchidos os requisitos de admissibilidade do agravo, motivo pelo qual passo a analisar o recurso especial.

Com relação à violação do art. 1.022 do CPC/1973, o recorrente trouxe tema alheio aos autos, porquanto não mencionou em sede de aclaratórios nenhuma omissão no tocante à distribuição dos honorários advocatícios, limitando a tecer argumentos genéricos e abstratos no sentido de que a Corte local não apreciou adequadamente os embargos de declaração opostos. Essa circunstância impede o conhecimento do recurso especial à luz da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal.

A propósito, cito os seguintes precedentes (EDcl no AgRg no AREsp 688.515/RO, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, julgado em 20/10/2015, DJe 04/11/2015; AgRg no AREsp 68.600/RS, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 19/12/2014; AgRg no AREsp 655.352/RJ, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 08/09/2015; AgRg no AREsp 271.586/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 13/05/2014).

Quanto ao mérito, o Tribunal de origem, instância soberana na análise de provas e utilizando outros meios além da perícia técnica, concluiu pela ocorrência da incapacidade da parte autora, *in verbis* (e-STJ fls. 153/155):

Como se pode observar, o laudo pericial é seguro sobre a aptidão laboral da parte autora para o exercício da atividade profissional que possui habilitação. Afirmou, ainda, que o trabalho pode ter atuado como concausa no agravamento das moléstias, entretanto, elas trazem apenas limitações para atividades específicas, podendo exercer as que não exijam movimentos repetidos de flexo extensão da coluna lombar ou carregar peso superior a 15kg.

Nesse sentido, se revela imperioso a análise da realidade social a qual a autora está inserida, com o propósito de construir um juízo de convicção acerca das reais condições de adaptação da atividade habitual conforme estabeleceu o perito, a fim de assegurar a dignidade laboral da trabalhadora, bem como proteger a sua integridade física.

Após uma análise pormenorizada de todo o contexto social da trabalhadora, as restrições de atividades estabelecidas pelo expert não parece ser possível, visto que são características da agricultura. Deste modo, reflete temerário, das próprias considerações esposadas no laudo, o indeferimento do pleito recursal pela concessão do benefício por incapacidade, uma vez que o perito consignou a impossibilidade de realização de atividades que exijam movimentos de flexo extensão da coluna lombar ou carregar quantidade de

peso elevada.

Não obstante as considerações esposadas pelo expert, sabe-se que o juízo não está adstrito às conclusões do laudo médico pericial, nos termos do artigo 479 do NCPC (Art. 479. O juiz apreciará a prova pericial de acordo com o disposto no art. 371, indicando na sentença os motivos que o levaram a considerar ou a deixar de considerar as conclusões do laudo, levando em conta o método utilizado pelo perito), podendo discordar, fundamentadamente, das conclusões do perito em razão dos demais elementos probatórios coligidos aos autos, inclusive os aspectos socioeconômicos, profissionais e culturais do segurado, ainda que o laudo pericial apenas tenha concluído pela sua incapacidade parcial para o trabalho (AgRg no AREsp 35.668/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 20-02-2015).

Assim, tendo a perícia certificado a existência da patologia alegada pela parte autora, o juízo de incapacidade pode ser determinado, sem sombra de dúvidas, pelas regras da experiência do magistrado, consoante preclara disposição do artigo 375 do NCPC (O juiz aplicará as regras de experiência comum subministradas pela observação do que ordinariamente acontece e, ainda, as regras de experiência técnica, ressalvado, quanto a estas, o exame pericial.).

No caso em tela, a parte autora juntou aos autos a seguinte documentação clínica:

- a) (E. 2, OUT 10, fl. 28):
- b) (E. 2, OUT 11, fl. 31):
- c) (E. 2, Out 10, fls. 26 e 27):

Portanto, ainda que o laudo pericial realizado tenha concluído pela aptidão laboral da parte autora, a confirmação da existência da moléstia incapacitante referida na exordial (transtornos de discos lombares M51.1), corroborada pela documentação clínica supra, associada às suas condições pessoais - habilitação profissional (agricultora) e idade atual (57 anos de idade) - demonstra a efetiva incapacidade definitiva para o exercício da atividade profissional, o que enseja, indubitavelmente, a concessão de aposentadoria por invalidez, desde 27/04/2015 (DCB - E. 2, OUT 9, fl. 25).

Dessa forma, verifica-se que o Tribunal *a quo* decidiu a questão ora ventilada com base na realidade que se delineou à luz do suporte fático-probatório constante nos autos, cuja revisão é inviável no âmbito do recurso especial ante o óbice estampado na Súmula 7 do STJ.

Nesse sentido:

PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. PRODUÇÃO DE PROVA TESTEMUNHAL. INDEFERIMENTO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. EXERCÍCIO DE ATIVIDADE CAMPESINA NO PERÍODO IMEDIATAMENTE ANTERIOR AO IMPLEMENTO DOS REQUISITOS. PROVA MATERIAL QUE APONTA A MIGRAÇÃO PARA O LABOR URBANO.

1. Esta Corte Superior possui firme entendimento no sentido de que "o juiz é o destinatário da prova e pode, assim, indeferir, fundamentadamente, aquelas que considerar desnecessárias, a teor do princípio do livre convencimento motivado." (AgRg no AREsp 342.927/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 09/08/2016, DJe 12/09/2016).

2. A Primeira Seção, no julgamento do REsp. 1.354.908/SP, sob o rito do art. 543-C do CPC, DJe 10/02/2016, Rel. Min. MAURO CAMBPELL MARQUES, firmou compreensão de que apenas se revela possível excetuar a regra que impõe o exercício de atividade rural até o momento imediatamente anterior ao requerimento administrativo, na hipótese em que o segurado tenha

desenvolvido seu mister no campo pelo número de meses correspondente ao exigido para fins de carência, até o momento em que implementado o requisito etário.

Trata-se de resguardar o direito adquirido daquele que, não obstante o cumprimento dos requisitos necessários, não tenha requerido, de imediato, a aposentadoria rural por idade.

3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AgInt no AREsp 1.445.742/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 22/10/2019, DJe 28/10/2019).

PREVIDENCIÁRIO. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. LAUDO PERICIAL BEM FUNDAMENTADO QUE BASTA PARA O JULGAMENTO DA DEMANDA. AUXÍLIO-ACIDENTE. ACIDENTE TÍPICO. LESÃO NO PUNHO ESQUERDO. SEQUELAS INCAPACITANTES. QUE CAUSAM MAIOR ESFORÇO DO OBREIRO AO REALIZAR AS ATIVIDADES LABORATIVAS. INCAPACIDADE PARCIAL E PERMANENTE CONSTATADA. NEXO CAUSAL DEVIDAMENTE COMPROVADO. DIREITO AO BENEFÍCIO RECONHECIDO. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. REVOLVIMENTO DE PROVA.

SÚMULA 7/STJ. 1. Trata-se de ação que busca desconstituir acórdão que concedeu ao recorrido a concessão do auxílio-doença.

2. O inconformismo, que tem como real escopo a pretensão de reformar o decisum, não pode prosperar, porquanto não ocorrentes as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, sendo inviável a revisão em Embargos de Declaração, em face dos estreitos limites do art. 535 do CPC.

3. O ordenamento jurídico brasileiro adotou o princípio do livre convencimento motivado do julgador, em que o juiz pode fazer uso de outros meios para formar sua convicção.

4. O Tribunal de origem, na análise do material probatório, confirmou que o autor tem, efetivamente, limitação na movimentação do punho esquerdo. Portanto, é evidente a redução na sua capacidade para o trabalho.

5. Rever o entendimento do Tribunal de origem quanto ao preenchimento dos requisitos para a concessão do auxílio-acidente requer o revolvimento de provas. Desse modo, verifica-se que a análise da controvérsia demanda o reexame do contexto fático-probatório, o que é inviável no Superior Tribunal de Justiça, ante o óbice da Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial." 6. Recurso Especial a que se nega provimento.

(REsp 1.666.676/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/06/2017, DJe 19/06/2017).

Nos termos do disposto no art. 85, § 11, c/c o art. 98, VI, §§ 2º e 4º, do CPC de 2015, deve ser fixada a verba honorária recursal, inclusive ao beneficiário da assistência judiciária gratuita, exceto em ações acidentárias, nos termos do art. 129, parágrafo único, da Lei n. 8.213/1991.

Ante o exposto, com base no art. 253, II, "a", do RISTJ, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial. Majoro os honorários recursais em 10% (dez por cento) do valor já fixado na origem, respeitados os limites e os critérios previstos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC de 2015.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator